

EDUCAÇÃO INFANTIL: Priorizar para universalizar

Quarta-feira, 14 de Março de 2007

ENIO RIBEIRO DE OLIVEIRA (*)

Neste artigo pretendo fazer uma reflexão sobre como os administradores e a sociedade do município de Dourados deve agir para universalizarem plenamente o acesso à educação infantil.

O primeiro passo é a administração municipal promover e estimular toda a sociedade douradense a realizar grandes debates sobre os desafios colocados para que o acesso à educação infantil seja universalizado plenamente as nossas crianças nos centros de educação infantil e nas escolas. Afinal de contas, apesar de todos os esforços e avanços inegáveis feitos pela atual administração, tendo a frente o prefeito Laerte Tetila, a demanda está muita acima da oferta de vagas.

É errado supor que pelo fato de ter sido criado o FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento, Valorização e Manutenção da Educação Básica, no ano de 2006, a universalização plena do acesso à educação infantil será facilmente atingida. É preciso muito mais. É necessário torná-la uma prioridade.

Amigo leitor, a exemplo do ensino fundamental que conta com financiamento próprio desde 1996, a universalização plena ocorreu em longo prazo, e, é bom que se diga, na atualidade ainda deixa muito a desejar no aspecto qualitativo. Com a educação infantil não é diferente. Numa perspectiva bastante otimista, são necessários, no mínimo, cinco anos para acontecer em Dourados à universalização plena.

Penso que para a concretização deste objetivo, a sociedade douradense deve realizar amplos debates envolvendo os promotores públicos, sindicatos, Secretaria Municipal de Educação, Câmara Municipal, Conselho Tutelar e toda a sociedade. Evidentemente cabe ao poder executivo municipal por intermédio da Secretaria Municipal de Educação liderar e intensificar este movimento, objetivando a formulação coletiva de políticas públicas para a educação infantil que dê conta, de neste prazo, universalizá-la plenamente.

Os debates precisam ser bem organizados estrategicamente, haja vista, que serão acalorados, contrariando, inclusive interesses poderosos. Ao cidadão é imprescindível a compreensão de que a educação infantil além dos recursos disponibilizados pelo FUNDEB, terá que disputar os previstos para o atendimento de outras demandas sociais existentes no município (lazer, esporte, incentivos fiscais, cultura e outros).

A população douradense precisa estar consciente de que o atendimento a educação infantil será satisfatório quantitativamente e qualitativamente ao longo dos próximos 05 anos, somente se for dado o aval por ela para que o prefeito remaneje recursos de outras demandas sociais.

Combinada com a providência acima apresentada para universalizar plenamente a educação infantil em Dourados é necessário racionalizar ainda mais a aplicação dos recursos públicos. Racionalização que está a exigir dos profissionais que atuam na educação infantil, dos pais das crianças matriculadas e da sociedade a participação cidadã e o entendimento de que esta é uma prioridade em relação às demais demandas sociais porque tem como fim o atendimento à criança.

Para ser claro, o cidadão tem que fazer a opção de, em não sendo possível atender ao mesmo tempo todas as demandas sociais, que sejam atendidas primeiramente as colocadas pela educação infantil, protelando o atendimento das demais.

Os instrumentos que devem ser utilizados para a visualização e a apropriação coletiva das contradições, desafios e possibilidades da educação infantil no próximo quinquênio requerem que sejam realizadas audiências públicas, plenárias do orçamento participativo, debates pelas instituições, entidades e órgãos que lidam diretamente com a educação; exige ainda que os intelectuais, notadamente, os educadores, utilizem-se da imprensa oficial e alternativa

(escrita, falada, televisada e virtual) para que este grande debate seja qualificado e sensibilize a toda sociedade de que os outros problemas sociais têm importância secundária em relação à educação infantil.

Esta luta sistematizada se faz necessária para que a disputa de orçamento previsto para o atendimento de outras demandas possa ser remanejadas para atender as nossas crianças e a sociedade a reconheça como legítima e respalde o prefeito no enfrentamento a ser travado contra forças sociais contrárias ao remanejamento deste em prol da educação infantil.

(*) Superintendente de Gestão e Serv. Auxiliares
Secretaria Municipal de Educação de Dourados

Publicado no seguinte endereço eletrônico: DiárioMS, Jornal Impresso em 15/03/2007 e DiárioMS, online em 14/03/2007